



# Diário da Assembleia

LEI N. 7.685, DE 11 DE JANEIRO DE 1963

Dispõe sobre elevação do número de Regiões Fiscais de Estado e dá outras providências

**ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, tendo em vista a rejeição do veto parcial aposto pelo Governador do Estado no Projeto de lei n. 505, de 1962, de que resultou a Lei n. 7.631, de 13 de dezembro de 1962, promulga, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Constituição do Estado e de acordo com o artigo 243, § 2.º, do Regimento Interno, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Para execução dos serviços de Fazenda no Interior fica o Estado dividido em 15 (quinze) Regiões Fiscais, sendo criada mais 1 (uma) Delegacia Regional de Fazenda, com sede em Fernandópolis.

Artigo 2.º — Ficam criados, na Tabela II, da Parte Permanente do Quadro da Secretaria da Fazenda, as seguintes cargos:

I — 1 (um) de Contador Chefe Subseccional, referência "71";

II — 4 (quatro) de Chefe de Seção, referência "50";

III — 1 (um) de Julgador Encarregado, referência "46"; e

IV — 6 (seis) de Julgador, referência "43".

Parágrafo único — O provimento dos cargos mencionados nos itens III e IV deste artigo será feito na forma estabelecida no artigo 2.º da Lei n. 3.043, de 1.º de julho de 1955.

Artigo 3.º — Fica instituída, na Tabela IV, da Parte Permanente, do Quadro da Secretaria da Fazenda, mais 1 (uma) função de Delegado de Delegacia Regional com a gratificação fixada no artigo 5.º da Lei 5.468, de 5 de janeiro de 1960.

Artigo 4.º — Para o desempenho das funções de que trata o artigo 31 da Lei 5.113, de 31 de dezembro de 1958, fica elevado de mais um (1) o número de exatores necessários aos serviços de inspeção, em exatorias, a fim de atender ao disposto no artigo 1.º desta lei.

Artigo 5.º — Fica criada e subordinada à Contadoria Seccional junto à Secretaria da Fazenda C.S.-9, uma Subcontadoria Seccional da Delegacia Regional de Fazenda com sede em Fernandópolis.

Parágrafo único — A Subcontadoria Seccional de que trata este artigo terá as atribuições comuns às Subcontadorias Seccionais.

Artigo 6.º — Fica assegurada ao funcionário interessado no Processo G-9201/50, da Secretaria da Fazenda, a transferência da carreira de Exator para a de Fiscal de Rendas, nas condições previstas na Lei n. 536, de 1.º de dezembro de 1949, desde que o requerente ao Secretário da Fazenda dentro de 30 (trinta) dias, contados da vigência da presente lei.

Artigo 7.º — A fim de ocorrer às despesas com a execução da presente lei, no corrente exercício, fica aberto na Secretaria da Fazenda, à mesma Secretaria, um crédito especial de até Cr\$ 54.527.182,00 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil e cento e oitenta e dois cruzeiros).

Parágrafo único — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do produto de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 9.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de janeiro

de 1963.  
(a) Roberto Costa de Abreu Sodré, Presidente  
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de janeiro de 1963.  
Francisco Carlos, Diretor Geral substituto.

LEI N. 7.686, DE 11 DE JANEIRO DE 1963

Dispõe sobre contagem de tempo, para o fim da Lei n. 1.103, de 3 de julho de 1951

**ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, tendo em vista a rejeição, em parte, do veto parcial aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de lei n. 1027 de 1962, de que resultou a Lei n. 7.660, de 2 de janeiro de 1963, promulga, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Constituição do Estado e de acordo com o artigo 243, § 2.º, do Regimento Interno, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Aplica-se ao tempo de mandato de Governador do Estado o disposto no artigo 32, primeira parte, da Lei n. 6057, de 24 de março de 1961.

Artigo 2.º — Será contado ... (manido o veto) ... até o máximo de 10 (dez) anos, para o fim da Lei n. 1103, de 3 de julho de 1951, o tempo de exercício da advocacia prestado por juiz do Tribunal de Justiça Militar do Estado, antes do seu ingresso nesse órgão.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de janeiro

de 1963.  
(a) Roberto Costa de Abreu Sodré, Presidente  
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de janeiro de 1963.

(a) Francisco Carlos, Diretor Geral, Substituto

## ORDEN DO DIA

PARA A 58.ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA,  
AOS 14 DE JANEIRO DE 1963

### PROPOSIÇÃO EM REGIME DE PRIORIDADE

Votação em continuação da 2.ª discussão do Projeto de lei n. 1.297, de 1962, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre o enquadramento dos cargos de direção não abrangidos pela Lei n. 6.706, de 4-1-62. Com proposta de alteração. Parecer n. 55, de 1963, da Comissão de Serviço Civil, favorável, com substitutivo e oferecendo 2 emendas decorrentes de sugestões apresentadas nos termos do artigo 61 do Regimento Interno, constantes de fls. 146 e 147. Parecer n. 56, de 1963, apresentado pela Comissão de Finanças, favorável ao Projeto, contrário às emendas e oferecendo 5 emendas decorrentes de sugestões apresentadas nos termos do artigo 61 do Regimento Interno.

### PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — Votação em discussão única do Projeto de lei n. 548, de 1962, apresentado pelo deputado Scalamandré Sobrinho, dando a denominação de "João Batista de Oliveira" ao 2.º grupo escolar de Vila Xavier, em Araraquara. Pareceres ns. 2238 e 3232, de 1962, respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis. Com emenda apresentada nos termos do artigo 182 do Regimento Interno. Parecer n. 4160, de 1962, da Comissão de Educação, favorável à emenda.

2 — 2.ª discussão adiada e votação do Projeto de lei n. 1117, de 1961, apresentado pelo deputado Camillo Ashcar, estabelecendo a prescrição para a cobrança de tributos estaduais. Parecer n. 536, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Parecer n. 2583, de 1962, de relator especial, favorável.

3 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.318, de 1962, apresentado pelo deputado Atilio Coury, declarando de utilidade pública a Fraternidade Cristã Vicentina, com sede em São Vicente. Parecer n. 129, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

4 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 937, de 1961, apresentado pelo deputado Farabullini Junior, cancelando os débitos do imposto sobre vendas e consignações dos feirantes. Parecer n. 469, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Parecer n. 839, de 1962, da Comissão de Finanças, favorável.

5 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 501, de 1962, apresentado pelo deputado Norberto Mayer Filho, criando conservatório dramático e musical em Pinhalt. Pareceres ns. 122 e 149, de 1963, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

6 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 810, de 1962, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, dispondo sobre pensões mensais aos cônjuges não beneficiados pelas Leis ns. 483, de 4-9-58 e 5134, de 7-1-59. Parecer n. 2973, de 1962, de relator especial, favorável, com emenda. Parecer n. 3737, de 1962, da Comissão de Serviço Civil, favorável, com emenda. Parecer n. 4198, de 1962, da Comissão de Finanças, favorável ao Projeto e às emendas.

7 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.398, de 1962, apresentado pelo Sr. Governador, concedendo gratificação de guarnição especial às componentes da Polícia Feminina. Parecer n. 77, de 1963, da Comissão de Serviço Civil, favorável, com emenda. Parecer n. 150, de 1963, da Comissão de Finanças, favorável ao Projeto, à emenda e oferecendo 4 emendas decorrentes de sugestões apresentadas nos termos do artigo 61 do Regimento Interno.

8 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1133, de 1962, apresentado pelo deputado Francisco Franco, criando ginásio em Vila Munhoz, nesta Capital. Parecer n. 4228, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda visando a constitucionalidade.

9 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1216, de 1962, apresentado pelo Sr. Governador, concedendo pensão a D. Juliette Stattmuler. Parecer n. 135, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

10 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1295, de 1962, apresentado pelo deputado Nagib Chaib, criando subposto de assistência médico sanitária no distrito de Estiva, município de Moji Guaçu. Parecer n. 128, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

11 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1404, de 1962, apresentado pelo deputado Angelo Zanini, criando escola normal em Osasco. Parecer n. 153, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

## PAUTA

PARA A 58.ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA,  
AOS 11 DE JANEIRO DE 1963

EM PAUTA POR 5 (CINCO) SESSÕES PARA CONHECIMENTO E RECEBIMENTO DE EMENDAS E ESTUDOS DOS SENHORES DEPUTADOS, DE ACORDO COM OS ARTIGOS 156 E 163 DO REGIMENTO INTERNO

### 3.ª SESSÃO

1 — Projeto de Resolução n. 3, de 1963, apresentado por relator especial, em seu Parecer n. 118, de 1963, aprovando as contas do Sr. Governador referentes ao exercício de 1957.

2 — Projeto de Resolução n. 4, de 1963, apresentado por relator especial, em seu Parecer n. 117, de 1963, aprovando as contas do Sr. Governador referentes ao exercício de 1958.

3 — Projeto de lei n. 6, de 1963, apresentado pelo deputado Francisco Franco, concedendo auxílio à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

### 4.ª SESSÃO

1 — Projeto de Resolução n. 1, de 1963, apresentado por Relator Especial em seu Parecer n. 74-63, aprovando as contas do Sr. Governador referentes ao exercício de 1956.

2 — Projeto de Resolução n. 2, de 1963, apresentado por Relator Especial, em seu Parecer n. 75-63, aprovando as contas do Sr. Governador referentes ao exercício de 1955.

3 — Projeto de lei n. 5, de 1963, apresentado pelo deputado Sólton Borges dos Reis, dando a denominação de "Américo Alves" ao Ginásio de Aparecida.

EM PAUTA POR 2 (DUAS) SESSÕES, PARA CONHECIMENTO, RECEBIMENTO DE EMENDAS E ESTUDOS DOS SENHORES DEPUTADOS, DE ACORDO COM O PARÁGRAFO 1.º DO ARTIGO 159 DO REGIMENTO INTERNO

### 1.ª SESSÃO

1 — Projeto de lei n. 827, de 1957, apresentado pelo deputado Germinal Feijó, criando escola de enfermagem em São João da Boa Vista. Parecer n. 165, de 1963, da Comissão de Redação.

2 — Projeto de lei n. 1.456, de 1958, apresentado pelo deputado Nunes Ferreira, criando escola normal em Palestina. Parecer n. 163, de 1963, da Comissão de Redação.

3 — Projeto de lei n. 863, de 1959, apresentado pelo deputado Orlando Zancaner, criando dispensário de tuberculose em Santa Fé do Sul. Parecer n. 167, de 1963, da Comissão de Redação.

4 — Projeto de lei n. 1078, de 1959, apresentado pelo deputado Lavinio Lucchesi acrescentando de um ponto por distrito perdido aos serventários de justiça de comarcas que sofreram redução territorial por força da Lei n. 2.456, de 30-12-53, quando inscritos em concurso de remoção ou de promoção. Parecer n. 166, de 1963, da Comissão de Redação.

5 — Projeto de lei n. 1313, de 1960, apresentado pelo deputado Marcondes Filho, concedendo autonomia ao Colégio Estadual Culto à Ciência, de Campinas. Parecer n. 164, de 1963, da Comissão de Redação.

6 — Projeto de lei n. 608, de 1961, apresentado pelo deputado Onofre Gosuen, criando Escola Superior de Agrimensura em Franca. Parecer n. 161, de 1963, da Comissão de Redação.

7 — Projeto de lei n. 1093, de 1961, apresentado pelo deputado Sólton Borges dos Reis, dispondo sobre o provimento de cargo de Professor Inspetor, das Escolas Normais e Institutos de Educação. Parecer n. 174, de 1963, da Comissão de Redação.

8 — Projeto de lei n. 1184, de 1961, apresentado pelo deputado Scalamandré Sobrinho, criando Instituto de Educação no bairro do Brooklim Paulista, nesta Capital. Parecer n. 173, de 1963, da Comissão de Redação.

9 — Projeto de lei n. 1212, de 1961, apresentado pelo deputado Marcondes Filho, autorizando a celebração de convênio entre o Estado e a Associação Brasileira de proprietários e empresários de circos. Parecer n. 171, de 1963, da Comissão de Redação.

10 — Projeto de lei n. 1405, de 1961, apresentado pelo deputado Celso Amaral, declarando de utilidade pública a Associação Beneficente dos Empregados da SASA desta Capital. Parecer n. 160, de 1963, da Comissão de Redação.

11 — Projeto de lei n. 178, de 1962, apresentado pelo deputado Antonio Mastrocola, concedendo pensão mensal a D. Luiza Delmonica de Moraes. Parecer n. 170, de 1963, da Comissão de Redação.

12 — Projeto de lei n. 339, de 1962, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, concedendo pensões mensais às Sras. Maria Ignez de Castro Romeiro Pereira, Helena Marinho Milliet e outras. Parecer n. 177, de 1963, da Comissão de Redação.

13 — Projeto de lei n. 353, de 1962, apresentado pelo deputado José Costa, acrescentando itens à letra "a" do art. 20 da Lei n. 819, de 31-10-50, que dispõe sobre a forma de provimento dos oficiais de Justiça. Parecer n. 159, de 1963, da Comissão de Redação.

14 — Projeto de lei n. 470, de 1962, apresentado pelo Sr. Governador, concedendo auxílios às Prefeituras Municipais de Itápolis, Pirajú e Itaberá, para as comemorações do 1.º Centenário dos municípios. Parecer n. 158, de 1963, da Comissão de Redação.

15 — Projeto de lei n. 577, de 1962, apresentado pelo deputado Camillo Ashcar, revogando o § único do art. 25 da Lei n. 1.309, de 29-11-51, que dispõe sobre concessão de licença para tratamento de saúde. Parecer n. 176, de 1963, da Comissão de Redação.

16 — Projeto de lei n. 1.261, de 1962, apresentado pelo deputado Norberto Mayer Filho, dispondo sobre publicação em jornais de grande circulação, de anúncios de editais de concorrência de obras ou serviços públicos. Parecer n. 169, de 1963, da Comissão de Redação.

17 — Projeto de lei n. 1.266, de 1962, apresentado pelo deputado Modesto Guglielmi, declarando de utilidade pública a Associação de Amigos de Vila Romana e Alto da Lapa, Capital. Parecer n. 162, de 1963, da Comissão de Redação.

18 — Projeto de lei n. 1.298, de 1962, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre a revalorização da escala de referência de vencimentos e